autuado por cintiacarrer em 31/08/2026 12:31:48.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 682/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade.

Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei Federal nº 13.663, de 14 de maio de 2018 – Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Matéria DSP 13287/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 31/08/2026 e juntado ao PL 682/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759769.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023 – Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera as leis que especifica e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Lei Federal nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024 – Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua – PNTC PopRua.

Lei Estadual nº 10.313, de 20 de maio de 1999 – Veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado.

Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001 – Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.

Lei Estadual nº 11.199, de 12 de julho de 2002 – Proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências.

Lei Estadual nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008 – Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Conselho Estadual de Habitação – CEH, institui o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS e o Fundo Garantidor Habitacional – FGH, e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 14.363, de 15 de março de 2011 – Altera a Lei nº 10.313, de 20 de maio de 1999.

Lei Municipal nº 11.632, de 22 de julho de 1994 – Dispõe sobre o estabelecimento de uma política integrada de habitação, voltada à população de baixa renda; autoriza a instituição, junto à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP, do Fundo Municipal de Habitação; cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.118, de 28 de junho de 1996 – Dispõe sobre Projeto de Relações de Gênero nas escolas públicas do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 12.617, de 4 de maio de 1998 – Incorpora ao currículo das escolas da Rede Municipal de Ensino de 1º Grau a área de conhecimento “Cidade-Cidadania” e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.786, de 7 de janeiro de 1999 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o “Dia do Orgulho Gay”.

Matéria DSP 13287/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 31/08/2026 e juntado ao PL 682/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759769.

autuado por cintiacarrer em 31/08/2026 12:31:48.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 14.661, de 27 de dezembro de 2007 – Altera a redação do inciso I e parágrafo único do art. 2º e do art. 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, para o fim de dispensar os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, bem como definir os beneficiários da assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica prestada pela Autarquia, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.080, de 17 de dezembro de 2009 – Dispõe sobre o benefício da pensão por morte; autoriza o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM a alienar os créditos e os imóveis que indica, bem como a aceitar a liquidação antecipada dos créditos decorrentes de contratos de financiamento imobiliários dos Planos 43 e 44, mediante a concessão de descontos, nas condições que especifica.

Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010 – Altera o inciso II do art. 2º da Lei nº 14.413, de 31 de maio de 2007.

Lei Municipal nº 15.445, de 9 de setembro de 2011 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia de Combate ao Bullying, a ser realizado anualmente no dia 24 de setembro, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.535, de 16 de fevereiro de 2012 – Acrescenta inciso no art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário a Semana Juntos contra o Bullying, a ser realizada, anualmente, na quarta semana de setembro, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.900, de 11 de novembro de 2013 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia, a ser comemorado no dia 17 de maio, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Matéria DSP 13287/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 31/08/2026 e juntado ao PL 682/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759769.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 16.163, de 13 de abril de 2015 – Dispõe sobre a Política de Proteção da Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção de Agravos no Espaço Escolar, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.184, de 23 de abril de 2015 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade, a ser comemorado na segunda quinzena do mês de novembro, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019 – Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.301, de 24 de janeiro de 2020 – Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Lei Municipal nº 17.638, de 9 de setembro de 2021 – Disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.

Lei Municipal nº 17.686, de 19 de outubro de 2021 – Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização à plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.064, de 28 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre a criação, no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, de cargos de Professor de Educação Infantil, da Classe dos Docentes, da carreira do Magistério Municipal; consolida a Estratégia Municipal de Inclusão Profissional Assistida do Município de São Paulo; altera a Lei nº 15.838, de 2013; revoga as Leis nº 13.178, de 17 de setembro de 2001 (POT), nº 13.841, de 7 de junho de 2004 (BT), e o art. 44 da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020.

Decreto Municipal nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015 – Institui o Programa TransCidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social; altera disposições dos Decretos nº 44.484, de 10 de março de 2004, e nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001.

Decreto Municipal nº 58.227, de 16 de maio de 2018 – Confere nova regulamentação ao Programa TransCidadania, instituído pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, bem como institui e inclui, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o “Mês da Visibilidade Trans”.

Matéria DSP 13287/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 31/08/2026 e juntado ao PL 682/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759769.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Portaria SMDHC nº 6, de 5 de janeiro de 2018 – Cria o Grupo de Trabalho Intersecretarial do Programa TransCidadania.

Portaria SMDHC nº 84, de 31 de agosto de 2023 – Constitui, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Comitê Intersecretarial do Programa TransCidadania.

Portaria SMDHC nº 6, de 31 de janeiro de 2024 – Altera a composição do Grupo de Trabalho Intersecretarial do Programa TransCidadania.

Portaria SMDHC nº 54, de 6 de junho de 2024 – Altera a composição do Grupo de Trabalho Intersecretarial do Programa TransCidadania.

Portaria SMDHC nº 28, de 8 de abril de 2025 – Constitui, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Comitê Intersecretarial do Programa TransCidadania.

PL nº 45/2025 – Reserva às pessoas trans e travestis 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas nos cursos e programas oferecidos pelos Polos de Apoio Presencial e pela Universidade nos Centros Educacionais Unificados – UniCEU do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 470/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa CATe Jovem, voltado à acessibilidade das juventudes paulistanas a vagas de trabalho digno e políticas públicas de renda e formação.

PL nº 650/2025 – Institui o Fundo Municipal de Promoção dos Direitos LGBTQIA+ (FUMLGBT-SP) e dá outras providências.

PL nº 670/2025 – Institui o Selo de Direitos Humanos e Diversidade – Xica Manicongo, destinado ao reconhecimento e fomento de iniciativas de inclusão e promoção dos direitos humanos e da diversidade.

PL nº 728/2025 – Dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênicos por meio de entidades da sociedade civil parceiras da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

PL nº 739/2025 – Inclui entre as finalidades do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda o fomento de iniciativas para a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho.

PL nº 741/2025 – Institui a Política Municipal de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis na cidade de São Paulo.

Matéria DSP 13287/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 31/08/2026 e juntado ao PL 682/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759769.

autuado por cintiacarrer em 31/08/2026 12:31:48.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 809/2025 – Cria a Política Municipal de Promoção dos Direitos e Atenção Integral às Pessoas Idosas LGBTQIA+.

PR nº 34/2025 – Dá nova redação às disposições da Resolução nº 07, de 03 de junho de 2003, para instituir a paridade de gênero na composição da Corregedoria e dá outras providências.

PL nº 32/2026 – Institui a Política Municipal de Enfrentamento ao HIV/Aids e às ISTs em Favelas e Demais Áreas de Vulnerabilidade Socioeconômica do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 62/2026 – Institui a Política de Cotas Trans, com reserva mínima de vagas de trabalho para pessoas trans e travestis em contratos e parcerias da Administração Pública Municipal.

PL nº 70/2026 – Institui o Programa Municipal de Educação e Empregabilidade para Pessoas Trans e Travestis – Programa TransCidadania.

PL nº 74/2026 – Institui a Política Municipal de Enfrentamento ao Transfeminicídio – PMET.

PL nº 683/2026 – Institui a Política Municipal de Acolhimento, Proteção e Autonomia da População LGBTQIAPN+ em situação de rua e vulnerabilidade social e estabelece diretrizes para sua implementação no Município de São Paulo.

PL nº 684/2026 – Institui a Política Municipal de Promoção do Direito à Moradia para a População LGBTQIAPN+ no Município de São Paulo e estabelece reserva de unidades habitacionais para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social e habitacional.

.À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13287/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 31/08/2026 e juntado ao PL 682/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759769.